

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

19/07/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo federal quer arrecadar R\$ 30 bilhões com hidrelétricas

O governo espera arrecadar pelo menos R\$ 30 bilhões com a venda de usinas da Eletrobras e pretende usar um terço do valor para compensar o aumento no preço da energia para o consumidor em razão dessa privatização. A estatal ainda avalia quais usinas serão colocadas à venda. A prioridade são as 14 hidrelétricas da Chesf, de Furnas e da Eletronorte que hoje operam com preço "tabelado", um modelo conhecido como regime de cotas. Entre elas, Paulo Afonso (BA), Porto Colômbia (MG/SP), Marimbondo (MG), Luiz Carlos Barreto (SP) e Coaracy Nunes (AP). A mudança faz parte do novo marco regulatório do setor elétrico, que está sob consulta pública e deve entrar em vigor neste semestre por meio de medida provisória. Pelas regras vigentes, e que agora serão modificadas, as geradoras do regime de cotas são obrigadas a vender a energia por cerca de R\$ 60 o MWh (megawatt-hora). No mercado livre, essa energia custa cerca de R\$ 140 MWh. Com a privatização, venderiam a energia a preço de mercado e, por isso, os consumidores hoje atendidos por essas hidrelétricas teriam aumento de 7% na conta de luz.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 19/07/2017

Conversa de Joesley congelou debate sobre Previdência na Câmara

A divulgação da conversa gravada pelo empresário Joesley Batista com o presidente Michel Temer, em 17 de maio, expulsou a reforma da Previdência do debate na Câmara dos Deputados. Na terceira semana de maio, o tema havia sido mencionado 102 vezes no plenário da Casa — comissão especial havia votado versão negociada do texto no dia 9. A proposta de reforma da Previdência foi encaminhada ao Congresso em dezembro do ano passado, com a justificativa de que o sistema atual, já deficitário, será insustentável com o envelhecimento da população. O número de pessoas em idade de trabalhar para cada pessoa em idade de se aposentar, que hoje é de 8,5, deve cair para 2,5 até 2060, segundo previsões. No sistema atual, trabalhadores privados se aposentam precocemente e parte dos servidores têm benefícios não limitados pelo teto do INSS. O Brasil gastou R\$ 819 bilhões com benefícios previdenciários em 2016, o equivalente a 13% do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, de tudo que o país produziu. As previsões do governo são de que o déficit alcançará R\$ 184 bilhões neste ano.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 19/07/2017

Emendas do Congresso vão para cidades e agronegócio

As emendas parlamentares liberadas neste ano beneficiaram, principalmente, os ministérios de Cidades, Esportes e Agricultura. O Dnit, autarquia de transportes, também foi dos que mais receberam recursos. No Orçamento, há verba reservada para emendas de congressistas que atendam demandas de suas bases. O governo federal empenhou R\$ 2,2 bilhões para emendas até agora -cerca de 80% desse valor foi disponibilizado em junho, mês da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer. A oposição pediu a investigação da liberação e acusou o governo de comprar apoio. Em geral, os recursos são alocados a projetos de visibilidade e retorno rápido, diz Sandro Cabral, professor de gestão pública do Insper. "Não deixa de ser um investimento, o problema é a forma como se dá a liberação, que vira moeda de troca." Os Estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul são os que tiveram mais recursos empenhados -fase anterior ao pagamento de fato. Na análise dos valores já pagos em 2017, que incluem emendas liberadas em anos anteriores, o Fundo Nacional de Saúde representa 70% -a Constituição garante um mínimo de 50% dos recursos das emendas para o setor. "Fora a saúde, é difícil encontrar um padrão das áreas beneficiadas. O governo decide segundo o acordo político, não a qualidade do projeto", afirma Robson Zuccolotto, professor da Ufes (universidade do Espírito Santo).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 19/07/2017

Média salarial cai 11,3% na região

A crise econômica no País, que já se estende por três anos, tem provocado um efeito indigesto para o nível salarial dos trabalhadores da Baixada Santista. Conforme dados regionais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao primeiro semestre deste ano, a média salarial dos admitidos é 11,3% menos do que a dos desligados. Enquanto os novos empregados, dos mesmos setores, recebem remuneração mensal de R\$ 1.529,15 os dispensados ganhavam R\$ 1.724,61.

Alguns dos grandes setores ocupacionais classificados pelo Ministério do Trabalho tiveram uma queda no nível da remuneração que ultrapassa a casa dos 20%, como aqueles que atuam na produção de bens e serviços industriais (instalações siderúrgicas, fabricação de alimentos e bebidas e operações de produção captação, tratamento e distribuição de água e energia). A diferença salarial entre os demitidos e controlados foi de 24,41% (de R\$ 2.165,79, a média passou para R\$ 1.637,13).

Fonte: Jornal A Tribuna – 19/07/2017

Conselho Curador amplia prazo para parcelamento de dívida

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) aprovou nesta terça-feira (18), durante sua 159ª reunião ordinária, a alteração da Resolução nº 765 de 2014, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.

Os representantes aumentaram o prazo para parcelamento da dívida para até 100 meses e decidiram que a verba rescisória será paga em uma única vez. Também foram aprovadas as alterações da Resolução nº 794 de 2015, que trata da composição do Comitê de Investimento do FI-FGTS (Fundo de Investimentos do FGTS); da Resolução nº 843, de 2017, que autoriza a quitação de obrigações da União frente ao fundo; e da Resolução nº 541, de 2007, que ajusta a terminologia adotada para definir a remuneração dos recursos utilizados para o pagamento das prestações decorrentes dos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O conselho propôs ainda a realização da distribuição do resultado positivo do FGTS, conforme a Lei nº 13.446/2017, e estabeleceu a exigência de elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para a seleção de propostas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte). Na reunião, o secretário-executivo do Conselho Curador, Bolívar Moura Neto, apresentou o relatório do Grupo de Trabalho do FI-FGTS, que trata da governança do Fundo e será votado na próxima reunião.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/noticias/4813-conselho-curador-amplia-prazo-para-parcelamento-de-divida>

PIB tem aumento de 0,49% no trimestre encerrado em maio

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve um crescimento de 0,49% no trimestre encerrado em maio na comparação com o trimestre fechado em fevereiro. No entanto, em relação ao trimestre encerrado em maio de 2016, o PIB não teve variação. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (18), no Rio de Janeiro, pelo Monitor do PIB, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Analisando-se apenas maio, houve queda de 0,9% na comparação com abril e alta de 0,7% em relação a maio do ano passado.

Comparação com 2016

O trimestre fechado em maio acusou queda de 0,6% no consumo das famílias, quando comparado ao mesmo período do ano passado. Nesse mesmo tipo de comparação, os investimentos tiveram queda de 3,6%. As exportações registraram crescimento de 1,8%. O mesmo aconteceu com as importações, com alta de 2,3%.

Fonte: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>